



UMA ARQUITETURA BARROCO-MESTIÇA: CONTRIBUIÇÕES SEFARDITAS NAS CASAS BANDEIRISTAS

JOÃO LUCAS VIEIRA NOGUEIRA

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade de São Paulo
Rua do Lago, 876 – CEP: 05508-080 - São Paulo – SP
<https://orcid.org/0000-0001-5601-205X>
joaolvogueira@usp.br

Recebido: 24/10/2024

Aprovado: 09/05/2025

RESUMO

A arquitetura popular brasileira compõe-se como uma marchetaria de formas mestiças que se inter cruzam em profusão barroca: nos excessos, nas intransigências e nos paradoxos, para ficarmos somente em três características. Não cabe buscar as origens dessa arquitetura no sentido de apontar uma identidade pura que a tenha miticamente criado. Não faz sentido por inalcançável, inexistente. Cabe olhar o crisol da mestiçagem e descobrir diferentes contribuições que se agregaram na composição. Ao se tratar das casas bandeiristas paulistas, podemos levantar diversas hipóteses de contribuições sefarditas, por meio das famílias de cristãos-novos, judaizantes ou não, que participaram dos processos de sua concepção. Essas hipóteses partem do estudo genealógico dos primeiros proprietários, encontrando seus antepassados cristãos-novos, muitos com processos que, julgados pelo tribunal da Inquisição, levaram ao cárcere ou à fogueira. Partindo desse princípio, são levantadas conjecturas a respeito de algumas decisões arquitetônicas que podem apontar para uma vivência profunda da religiosidade e do entendimento místico da realidade e do estar no mundo desses primeiros povoadores ibéricos na região.

Palavras-chave: Sefarditas. Casas bandeiristas. Barroco-mestiço.

ABSTRACT

Popular Brazilian architecture is made up of a marquetry of mixed forms that intersect in baroque profusion—in excesses, intransigence and paradoxes, to mention just three characteristics. There is no point in searching for its origins to pinpoint a pure mythical identity because said genealogy is unattainable, non-existent. Worth is looking at the crucible of mestizo composition and discovering the different contributions that have been added to it. In relation to São Paulo's bandeirista houses, we can raise various hypotheses about Sephardic contributions through New Christians families, whether Judaizing or not, who took part in creating them. These hypotheses emerge from the genealogical study of the first owners, finding their New-Christian ancestors, several with processes which, judged by the Inquisition, that led to prison or bonfire. Based on this principle, conjectures are raised about some architectural decisions that may point to a deep religious experience and mystical understanding of reality and being in the world of these first Iberian settlers in the region.

Keywords: Sephardic. Bandeirista Houses. Baroque-mestizo.



A ARQUITETURA BARROCO-MESTIÇA¹

Sefarad é o nome em hebraico da Península Ibérica e procede de uma exegese do profeta Abdias. As variantes sefardim ou sefardita são utilizadas como adjetivo pátrio. Em 31 de março de 1492, os reis católicos Fernando e Isabel firmaram o édito de expulsão dos judeus, em Granada, após as chamadas guerras da Reconquista, quando tomaram o sul da Espanha, até então ocupada pelos mouros – o califado de Al-Andaluz – desde o século VII. Após o decreto, os sefarditas emigraram para Portugal, daí para Países Baixos, Inglaterra, norte da África, Império Otomano, Itália, sul da França, falando o ladino ou judeu-espanhol (CABRAL, 1990).

Além do édito de expulsão da Espanha, publicado em 1492, Portugal segue o exemplo em 1497, selando o destino do judaísmo ibérico. A expulsão da Espanha se destinava a todos os judeus, sem distinção de sexo e idade. Os judeus que permanecessem dentro do reino terminado o prazo para partir, teriam seus bens confiscados e poderiam sofrer pena de morte. Em Portugal, o rei D. Manuel I pretendeu converter os judeus à lei de Cristo, determinando um prazo de dez meses para catequizá-los. Os prazos foram prorrogados, mas os resultados não foram efetivos, pois a comunidade judaica manteve-se fiel a seus hábitos e costumes. Diferente da Espanha, onde primeiro se estabeleceu uma Inquisição para perseguir hereges judaizantes, o rei de Portugal, D. João III, negociou uma inquisição com o papa somente em 1536, depois de tentar, sem sucesso, por quase quarenta anos, cristianizar a sociedade (FAINGUENBOIM, 2020).

A conversão dos judeus ao catolicismo em Portugal não os tornou iguais aos cristãos e nem lhes trouxe os mesmos direitos. Aflorou uma onda de antissemitismo contra os convertidos, que passaram a ser conhecidos como “cristãos-novos”, “gente da nação”, “homens de

negócio”, “conversos”. Inclusive, na Espanha, eram chamados pejorativamente de “marranos”, evocando a aversão dos judeus à carne de porco.

Muitos continuavam praticando sua religião original em segredo, surgindo daí um fenômeno denominado criptojudaísmo, que foi a forma encontrada pelos convertidos à força para manter sua fé e praticar sua religiosidade (SILVA, 2019).

O Brasil foi então o lugar mais frequente de refúgio dos convertidos, já que muitos pilotos de navios eram conversos e os embarcavam clandestinamente, e estes, em pouco tempo, passaram a considerar o Brasil a própria Terra Prometida. A vida judaica no Brasil e em Portugal era clandestina, tendo sido construídas verdadeiras sociedades secretas, em que os cristãos-novos se reconheciam por códigos indecifráveis para os estranhos ao grupo. A presença dos cristãos-novos no Brasil contribuiu para que algumas práticas judaicas se mantivessem vivas, como o *Shabat* e o *Yom Kipur*, além de alguns jejuns e outros costumes. É difícil compreender o mundo em que viviam os cristãos-novos, dentro de uma “cultura do segredo”, em que todos dissimulavam e se sentiam inseguros (NOVINSKY, 2015).

Partimos do pressuposto de que na arquitetura popular brasileira os judeus sefarditas adicionaram algo de sua cultura e deixaram marcas, registros indiciais de sua passagem e de sua colaboração na mestiçagem da cultura.

A mestiçagem sobre a qual tratamos neste texto diz respeito às distintas formas de engastes entre objetos e manifestações da cultura, na qual diversas contribuições de diferentes lugares e tempos forjaram, em um cambiante mosaico, as relações culturais no continente. É evidente que as mestiçagens biológicas entre po-

¹ Este trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil, processo n. 2023/14406-0.

vos existiram e têm sua importância, mas não são elas que interessam a essa pesquisa, e sim as contribuições de cada um desses povos nas práticas e nos objetos da cultura. Discutiremos que tais engastes mestiços entre objetos e práticas foram operados de maneira barroca, ou barroquizante, ou seja, são produzidos a partir de certas características que moldaram, por meio dos excessos, dos paradoxos, da multiplicação metonímica, da ilusão, da fricção constante entre significante e sintaxe no reino das coisas e da natureza, a constituição de novos significados colados muito mais aos objetos do que aos conceitos e teorias vinculados à ideias de origem, fundação e influências.

É necessário um pensamento capaz de compreender essas manifestações latino-americanas sem utilizar a produção europeia como padrão, que também não deve ser descartada, afinal as produções arquitetônicas do velho continente também contribuíram para a formação da arquitetura na América Latina. Para tanto, precisa que sejam compreendidas como mais um elemento da grande composição mestiça, que se incorpore a outras formas e processos.

Teorias antigas ou distantes, se submetidas a outra paisagem, têm de ser traduzidas para a nova dimensão de conhecimento e modificar (muitas vezes radicalmente) seu campo e método de aplicação. É o caso das paisagens da América Latina, em que natureza e cultura são interimplicadas, cuja plasticidade (maleabilidade, elasticidade) favoreceu os intercâmbios e incrustações entre os reinos mineral, vegetal e humano-animal. Desde o Descobrimento, via mestiçagem de formas (insistamos, barroca de partida), realizada em materiais de novas proporções topográficas e geológicas em transição (madeira, ouro, água, voz, letra, luz), desdobram-se as artes e ofícios especializados nos mosaicos de fragmentos feitos de peças ou ornamentos inclusos, contra a ideia dos “modelos” “originais” de “influência” por “sucessão” (PINHEIRO, 2013, p. 27).

Trata-se aqui o Barroco como uma forma de vida, uma maneira de operar as relações, os intercâmbios e as incrustações ocorridas nos encontros mestiços. Não se

trata do estilo histórico e de seus modelos produzidos na época. São características que, apesar de estarem presentes nos modelos, não se limitam às formas produzidas naquele momento específico da história da arte. O Barroco de partida, presente nas mestiçagens, aparece de várias maneiras, nos excessos, nos transbordamentos, nos paradoxos das aproximações impertinentes, na insolência das listas díspares de coisas que se ligam a outras coisas e que produzem uma variedade enorme de tipos, de modelos, de exemplos, que, mesmo não pertencendo a uma mesma categorização estilística, se é que isso fosse possível, têm em comum a capacidade barroco-mestiça de incorporação e de tradução ilimitadas e ilimitantes, condizentes com a variação constante do Barroco.

A reflexão sobre os processos barrocos da mestiçagem no continente é relevante para a análise das casas bandeiristas, pois estas são objetos mestiços, oriundos de operações barroquizantes de incrustações paradoxais e impertinentes e que não estão livres de análises *defasadas* produzidas com o intuito de inseri-las na continuidade da história ocidental.

A Procura de Origem

A busca pela construção de uma história brasileira, como discutido por Flusser (1998), por meio da criação de mitos originários, discutindo a pureza da origem e a formação de identidades cada vez mais acabadas, é, para o autor, um procedimento *defasado*. Além disso, deve-se sempre recordar que as buscas pela pureza de origem identitária costumam levar a pensamentos racistas, xenofobistas e fascistas. Ao se compreender a liberdade existencial não histórica mestiça, percebe-se que não há necessidade da busca por uma origem única e verdadeira, que a verdadeira origem é um processo múltiplo, diverso, paradoxal e controverso.

Quando se trata das Casas Bandeiristas paulistas, busca-se encontrar sua origem, pesquisando uma narrativa que forneça uma identidade, um ponto de início do qual se possa construir sua história. Para Saia (2012, p. 143), os mamelucos que as construíram foram buscar em Palladio:

A planta-tipo, repetida com riqueza de variantes em todos os “restos” e também identificável em eventuais descrições no documentário da época, é de procedência erudita. Foi publicada por Paládio, em 1570, e a este arquiteto da Renascença foi inspirada pelas pesquisas que realizou na zona da “terra ferma” do norte italiano em “restos” de habitações primitivas, então chamadas castelos. Essa planta, já aproveitada em Portugal no projeto da Quinta da Torre, no Azeitão, na casa construída por ordem de D. Diogo de Eça, em 1570-1580, aparece em diferentes lugares da colonização da América, no Paraguai, na Colômbia e no Texas. Esporadicamente, porém. Em nenhuma outra região se tornou, como em São Paulo seiscentista, a solução regional para o problema da moradia dos senhores de “casa-grande”.

Para Lemos (MAYUMI, 2005, p. 42), a origem tem procedência ibérica.

Algum tempo depois Carlos Lemos também aventou a possibilidade da procedência palladiana da planta bandeirista no artigo “A Casa Colonial Paulistana”, de 1974, inclusive publicando a planta de uma vila em Treviso, a Villa Emo, cuja semelhança de agenciamento com a casa bandeirista não é pequena. Mas, no mesmo artigo, e a partir da constatação da semelhança entre as fachadas das casas rurais portuguesas e a fachada bandeirista típica, Lemos sugeriu uma procedência ibérica desta última. Publicou, igualmente, plantas e fotografias de alguns exemplares da região, para ilustrar a hipótese, lembrando que aquelas casas rurais portuguesas também poderiam ter se desenvolvido a partir de um modelo palladiano.

Para Amaral (1981), a origem é hispânica. Mayumi (2005, p. 47) entende que a obra de Amaral contrapõe-se à tese original de Saia e à hipótese da procedência portuguesa de Lemos.

Não deixa de ser sintomático que seja a partir da chegada dos castelhanos, que se fixam em São Paulo no raiair do Seiscentos, que surjam as casas com corredores de “uma e outra banda”, como reza nos inventários, e que esses corredores contenham pilares de madeira que sustentam o frechal, sendo muitos deles relativamente

decorados. Esse tipo de decoração, bem como de pilares nos corredores, é de tradição espanhola e bem divulgada na América Espanhola, seja em residências, como em casas de reduções (como em Santa Cruz de la Sierra e no Paraguai, onde a vizinhança nos era mais próxima). (AMARAL, 1981, p. 5).

Na hipótese de Katinsky (1972, p. 94) sua origem é indígena.

Para os espaços internos dessas casas, proponho-me a estabelecer uma analogia com os espaços indígenas. De fato, a compartimentação indígena dos espaços obedece sempre a uma ordem que ressalta o significado comunitário dos mesmos. O espaço indígena sempre ressalta um viver coletivo: no “grupo local” (taba?) o terreiro onde se realizam as cerimônias mais importantes e onde os índios se reúnem quotidianamente. Na maloca, a ausência de repartições verticais garantindo a coesão do grupo familiar.

Analisando Katinsky, Mayumi (2005, p. 50) enxerga que “a Julio Katinsky também já havia ocorrido ‘que a casa bandeirista poderia ser uma associação do espaço indígena da oca, realizado com técnicas e recursos europeus’”.

E para Weimer (2019), abrindo bastante espaço para a compreensão de um objeto mestiço, suas origens podem ser saloias, da região da Extremadura, com elementos germânicos, japoneses ou africanos.

Em nosso entender, a origem de uma sala com pé-direito duplo pertence à tradição das casas ditas “salóias”, características de Extremadura. (p. 118)

Já assinalamos que nos estudos sobre a arquitetura portuguesa tem sido dada pouca atenção às origens germânicas. E é exatamente aí que vemos a origem desta singular solução. É tradição germânica a estocagem de cereais, especialmente do trigo sob o telhado. [...] Esse entendimento adquire ainda maior consistência com a descoberta de John M. Monteiro, qual seja, a de que os bandeirantes eram grandes produtores de trigo. (p. 119-120)

Como as guarnições na arquitetura portuguesa são de pedra, tem-se afirmado que as aberturas das casas dos bandeirantes se constituíam numa adaptação da técnica portuguesa para o uso da madeira. Outra origem possível seria a influência da arquitetura japonesa. Não temos aqui espaço para mostrar claras diferenças entre os modos de construir orientais e as dos bandeirantes, mas assinalamos que estas são idênticas às africanas de áreas de cultura sudanesa. Isso deixa muito claro que a influência africana na arquitetura bandeirista foi marcante apesar de se negar a existência de escravos negros em São Paulo, no período colonial. (p. 121)

Nada indica que apenas uma dessas hipóteses seja verdadeira, pois o surgimento de uma não necessariamente faz refutar as demais. Todas as hipóteses são muito bem construídas e certamente trazem verdades em seu bojo. É possível que todas estejam corretas e se entrelacem em um crisol mestiço. Além do mais, nada aponta para que não surjam outras possíveis contribuições em sua formação – esse texto pretende propor mais uma contribuição, que ainda não apareceu nas análises anteriores e, ainda que não pretenda refutar ou se opor às demais, espera incrustar-se em seu mosaico composicional e ser levada em consideração nas análises sobre as Casa Bandeiristas.

Contribuições Sefarditas às Casas Bandeiristas

Fernão Paes de Barros era o proprietário do Sítio Santo Antônio em São Roque (MAYUMI, 2005; ZANETTINI, 2005), irmão de Pedro Vaz de Barros, fundador de São Roque, filhos do Capitão Pedro Vaz de Barros e sua mulher, Luzia Leme. Eram netos dos cristãos-novos Jerônimo Pedroso e Joana Vaz de Barros. As duas filhas de Jerônimo e Joana, Lucrecia Pedroso e Bernarda Pedroso, irmãs do Capitão Pedro Vaz de Barros, foram presas e torturadas pela Inquisição, acusadas de judaísmo (BOGACIOVAS, 2011). Pedro Vaz e seu irmão, Antônio Pedroso, viajam para o Brasil a fim de escapar das perseguições e acabam por se estabelecer em São Paulo.

O sítio da Ressaca em Jabaquara era propriedade do Capitão Agostinho Machado de Fagundes e sua mulher, Maria de Vasconcelos (MAYUMI, 2005). Esta era neta materna do cristão-novo Pedro Gonçalves Varejão, relacionado na finta de 1624 (BOGACIOVAS, 2006), casado com Catharina de Mendonça, bisneta de Antônio Bicudo, reconhecido pela Comunidade Israelita de Lisboa como cristão-novo.

Quanto ao sítio do Tatuapé, proveniente do Pe. Mathews Nunes de Siqueira, filho de Aleixo Jorge, por sua vez neto materno da cristã-nova Izabel Velho, mulher de Garcia Rodrigues (ARAÚJO, 2020) e de Maria Nunes de Siqueira, irmã da já citada Catharina de Mendonça, ambas bisnetas de Antônio Bicudo.

A casa do Butantã, conhecida como Casa do Bandeirante, era de propriedade de Escolástica Bueno da Silva e de Ignácio Xavier Cezar (PACCE, 1980). Escolástica é bisneta da cristã-nova Maria do Betim, a primeira, casada com Garcia Rodrigues Velho (BOGACIOVAS, 2006) e tetraneta do cristão-novo castelhano Bartolomeu Bueno da Ribeira, o Sevilhano (FREIDENSON, 2016).

Já quando se trata do Sítio do Padre Inácio, em Cotia, Bogaciovas (2016) mostra que a casa pertencia ao Pe. Rafael de Barros, filho do Capitão Roque de Medela e de Ana de Barros. O autor afirma que a família Medela é de cristãos-velhos, entretanto, em uma ascendência matrilinear, a partir de Ana de Barros, passando por sua mãe, Paula da Costa, filha de Isabel da Costa, filha de Paula Nunes de Siqueira, filha de Maria Maciel, e, por sua vez, filha da cristã-nova Paula Camacho, ancestral da macro família Maciel (KNOBELOCH, 2011).

Ao sabermos quem eram os proprietários que construíram as casas bandeiristas observando seu panorama genealógico em uma costura de famílias descendentes de cristãos-novos, permite-nos imaginar que elementos da cultura judaica podem também ter se entremeadado nos processos de definição das casas. É necessário enfatizar que os cristãos-novos citados são

aqueles que em algum momento passaram por processos inquisitoriais e possuem esse registro de serem cristãos-novos. Isso não significa necessariamente que seus descendentes judaizassem e não foram pegos pela Inquisição, mas também não significa o contrário. Costumes judaicos podem ter sido passados de geração em geração, cifrados, ocultados em costumes, em hábitos, na cultura cotidiana daquelas famílias. Esse é o estudo de um mundo subterrâneo, encoberto por diversas camadas que o ocultam soterrado pelo tempo.

O “mundo subterrâneo” é o espaço de atuação dos hereéticos, caracterizado por suas estratégias de simulação e dissimulação para disfarçar o confronto e o dissenso. É um mundo marcado pela ambiguidade, pela linguagem cifrada, uma verdadeira cultura oculta. É o universo da cultura alternativa, de submundos, de associações esotéricas. (SILVA, 2016, p. 49).

Novinsky (2005, p. 99) explica que a “perseguição aos portugueses e espanhóis de origens judaicas representou a continuidade de uma antiga tradição antijudaica, da Igreja Ibérica, plenamente endossada, na época moderna, pelo Estado absolutista”. A perseguição constante, por mais de três séculos, gerou uma cultura criptojudaica, cifrada, oculta, que se estabeleceu no subterrâneo do cotidiano colonial. Portanto, é um estudo que se desenvolve por meio de indícios, por temas periféricos, sem documentos oficiais, sem provas palpáveis, sem vestígios explícitos, sendo necessário buscar resíduos, dados marginais considerados reveladores e os “pormenores negligenciáveis” (LIMA, 2006, p. 334), dos quais só é possível cavar pequenas amostras indiciais, tal qual proposto por Carlo Ginzburg (1989).

Quanto mais os traços individuais eram considerados pertinentes, tanto mais se esvaía a possibilidade de um conhecimento científico rigoroso.

Mas pode um paradigma indiciário ser rigoroso? [...] Mas vem a dúvida de que este tipo de rigor é não só inatingível, mas também indesejável para as formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana — ou, mais precisamente, a todas as situações em que a unicidade e o caráter insubstituível dos dados são, aos olhos das pessoas envolvidas, decisivos. (GINZBURG, 1989).

Deve ser um estudo baseado em *abduções*, e não em *deduções*, seguindo a lógica peirceana. A construção que Peirce desenvolve da abdução descreve um processo no qual o sujeito é confrontado com um fato observado que precisa de explicação e que aparenta ser importante. Na intenção de explicar o fato observado, é necessário recorrer a regras da natureza ou a verdades gerais, que irão tanto explicar o fato retrospectivamente, quanto se espera revelar sua importância. A abdução é, portanto, um degrau entre o fato e sua origem, um salto instintivo, perceptivo, que permite ao sujeito supor uma origem, a qual pode então ser testada, para provar ou negar a hipótese (ECO, 2008). Em outras palavras, a abdução é o levantamento de hipóteses. O fato de se trabalhar com hipóteses, entretanto, não diminui o valor da pesquisa, para Peirce, tanto decisões repentinas e inesperadas da vida cotidiana, quanto para a promoção de novos avanços no descobrimento científico, são necessárias abduções arriscadas e audaciosas, o que seria impossível sem o exercício da suposição (ECO, 2008). Levantaremos, então, algumas conjecturas, que, isoladamente, podem não ter nenhum significado, mas, quando as examinamos enquanto um conjunto de relações, podemos admitir força suficiente para uma possível hipótese.

Falbel (1999, p. 115-116), traz a informação que os cristãos-novos sentiam-se à vontade para judaizar na colônia nos primeiros tempos, guardando os sábados, vestindo-se com roupas limpas, blasfemando e, no que interessa para a presente pesquisa, praticando seu culto em “esnogas”, que é uma espécie de sinagoga, um local para reunião e culto judaico, mas, normalmente, quando se trata de esnogas, fala-se de reuniões clandestinas.

Nas denúncias da Bahia, e durante a Primeira Visitação, transparece claramente o quanto os cristãos-novos sentiram-se à vontade para judaizarem na colônia distanciada da Inquisição continental e mais ainda os que se encontravam na longínqua Capitania de São Vicente e na Vila de São Paulo. Pelo teor das denúncias depreendemos o quanto se mostravam seguros a ponto de não trabalharem no sábado, vestindo-se com roupas limpas, blasfemando e expondo suas crenças e praticando o seu culto nas “esnogas”. Já nesse tempo

o número de cristãos-novos no Brasil era significativo, pois a partir de 1536, quando se decidiu a instalação do Santo Ofício em Portugal, estes procuraram as terras mais longínquas, isto é, as colônias de ultramar, assim como os países europeus e centros continentais que os acolhessem num verdadeiro êxodo que irá alterar a história da diáspora judaica desde a destruição do Segundo Templo de Jerusalém.

Partindo desse ponto, podemos analisar algumas características arquitetônicas de uma sinagoga e a compararmos com as casas bandeiristas. O primeiro ponto a ser analisado diz respeito à implantação das casas no terreno. Gomes (2011, p. 28) explica que

Segundo o Talmud, o fiel deve estar voltado para Jerusalém ao recitar determinadas bênçãos prescritas em referência aos escritos do livro do profeta Daniel, no capítulo 6, verso 10. E assim como o profeta Daniel tinha as janelas de seu quarto voltadas para Jerusalém, a sinagoga também as deve ter.

Jerusalém, em relação a São Paulo, fica voltada à nordeste. Conforme as imagens de satélite, vemos que as casas não tem uma implantação norte-sul, como sugere Katinsky, mas sim, em sua maioria, nordeste-sudoeste, como se depreende a seguir na Figura 1. Este detalhe se torna ainda mais interessante quando comparamos a implantação das casas com as das edificações em sua volta. Elas se implantam em uma posição completamente diferente das demais.

Julio Katinsky propõe, em Casas Bandeiristas, um “conjunto de elementos significativos, que são transmitidos pelo próprio agenciamento e dimensões dos espaços organizados” para as edificações bandeiristas e de tradição bandeirista. Os elementos significativos são:
c) *voltar as fachadas para o Norte, na imensa maioria dos casos (19 de 22), fugindo assim dos ventos do Sul-Sudoeste.* (ZANETTINI, 2005, p. 79).

Estariam as casas voltadas para Jerusalém ou a implantação a nordeste é somente uma solução climática? Sendo a segunda hipótese, porque as casas no entorno também não seguiram tal implantação?

Outro ponto interessante a ser analisado é a presença do alpendre, ou “corredor”. No sertão do chamado Nordeste brasileiro, o alpendre é um elemento inexistente até as décadas iniciais do século XVIII, de rara presença na arquitetura civil. Somente começa a se estabelecer nas casas de fazenda de gado nas décadas finais do XVIII e início do XIX, com o declínio da pecuária e o início da valorização da agricultura, no caso, fundamentalmente a cultura do algodão, ao que segue uma relativa tranquilidade do ambiente. Surge então como uma membrana, uma interface, um limite vivo de troca da casa com o ambiente externo imediato em um espaço que ao mesmo tempo acolhe aquele que vem de fora e protege e resguarda o que está dentro (CARDOSO, 2008). Na São Paulo colonial na qual se compreende que a economia se baseava na guerra de aprisionamento de indígenas, se seguirmos a lógica do aparecimento do alpendre no Nordeste, não faz sentido a existência de tal espaço para abrigo do viajante. A Casa Bandeirista seria, antes de mais nada, uma fortificação. Entretanto, não é isso que apresenta os estudos arqueológicos elaborados por Zanettini (2005, p. 151):

Vislumbro a São Paulo colonial como uma região dinâmica, conectada e engajada no processo de globalização, processo que se inicia com a expansão mercantil europeia, estando, portanto, o planalto Paulista desde o contato com o europeu, integrado a um amplo sistema que vai tomando forma a partir do século XVI e dele não pode ser desvinculado até os dias atuais, conforme preconiza Charles Orser.

O entendimento de uma São Paulo povoada por cristãos-novos apoia a proposta de Zanettini. Silva (2016) explica que os cristãos-novos estavam ligados por redes de parentesco e por solidariedade com outros neoconvertidos dispersos pelo mundo, bem como com os judeus de origem portuguesa. Constituíam redes que os colocavam trabalhando uns com os outros, quer no comércio, quer nos engenhos, que estavam juntos na hora da morte de parentes, festas de casamento, inclusive auxiliando-se financeiramente em momentos de dificuldade. Essa rede mundial de comércio é bem caracterizada no livro de Lira Neto (2021). Dentro de uma rede de comércio possivelmente desenvolvi-



Figura 1 - Vista de satélite das casas bandeiristas. Na ordem, da esquerda para a direita, de cima para baixo: Sítio do Padre Inácio, Sítio Santo Antônio, Casa do Butantã, Casa do Caxingui, Casa do Tatuapé, Sítio da Ressaca (Jabaquara).

Fonte: elaborado pelo autor a partir de imagens do Google Earth, 2024.



Figura 2 - Casa do Bandeirante, no Butantã

Fonte: acervo do autor, 2024. Disponível em: <arquiografia.org.br>.

da por cristãos-novos, faz sentido a existência do alpendre nas casas. Segundo Zanettini (2005), embora afastada das benesses diretas da exploração do ouro em Minas Gerais desde as primeiras décadas do século XVIII, São Paulo se colocou como polo articulador do comércio para as regiões mineradoras, produzindo e conduzindo mercadorias para aquelas áreas. Assim, a partir do final do século XVII, São Paulo e os arredores vão deixando de gerar expedições desbravadoras e de apresamento para tornar-se ponto de convergência de tropas, tropeiros e mercadorias, conectando-se ao restante da colônia por extensa rede de caminhos terrestres e fluviais. Logo, para o autor (ZANETTINI, 2005), a Casa Bandeirista ganha menos o contorno de uma unidade rural unifamiliar e se aproxima mais de uma edificação multicomponencial e multifuncional, que a um só tempo moldou e foi moldada pela sociedade escravista mercantil, atendendo à função de entreposto para onde convergiam diversos tipos de produtos, como escravos, cereais e metais preciosos.

Enquanto edifício multifuncional poderia caber o uso de esnoga? Para complementar o uso do alpendre, Gomes (2011, p. 34-35) explica que

Depois do salão principal, o espaço mais importante de uma sinagoga é seu vestibulo. Como no Templo de Jerusalém, ele cumpre a função de espaço intermediário entre o mundo exterior e o ambiente sagrado. É muito raro encontrar uma sinagoga cuja entrada seja diretamente ligada à rua ou ao pátio. Esse papel pode ser cumprido ainda por um biombo junto à entrada, pátio ou varanda.

Portanto, poderia muito bem acontecer do alpendre também servir de vestibulo, ligando o salão principal – a sala central das casas – ao exterior. É interessante a conformação da casa com o uso de capela em um dos ambientes “externos” das casas, ligada ao alpendre e o uso de esnoga na sala interna central. Define-se simbolicamente o que são da “porta para dentro” e da “porta para fora”, mostrando a condição dos cristãos-novos de serem alguém para o mundo e outros para si mesmos.

Gomes (2011, p. 39) também traz a informação que é comum, nas sinagogas, utilizar duas colunas representando as colunas do templo. “Internamente, além destes símbolos, são comuns os usos de referências às colunas chamadas Boaz e Joaquin, na entrada do Templo, a “luz eterna” que pende em frente à arca, os sím-



Figura 3 - Sítio do Padre Inácio, em Cotia (SP). Alpendre frontal no Sítio do Padre Inácio, com as duas colunas em madeira trabalhada. Fonte: CLARO, Mauro. Entre 1971 e 1980. Disponível em: <arquivografia.org.br>.

bolos do zodíaco, dentre outros”. Vemos a utilização de duas colunas de madeira com ornamentos talhados na frente principal das casas, como na casa do Butantã, no Sítio do Padre Inácio, na Casa do Sertanista de Caxingui, por exemplo. Em casos como na casa do Butantã, temos a impressão de que a escolha de se utilizar duas colunas é estética, e não estrutural, devido à curta distância entre elas.

Cabe uma análise ainda mais aprofundada sobre a capela do Sítio Santo Antônio². É possível ver na capela algumas características que Gomes (2011) aponta para as sinagogas. Para este trabalho, traremos uma característica, os muxarabis, fazendo a divisão entre o alpendre da capela e a sala central (Figura 4). Marianno Filho (1943, p. 13) traz a informação que o uso do muxarabi nas janelas de rótulas nas casas paulistas era típico dos sobrados onde moravam os mercadores judeus:

A vinculação profunda da arquitetura portuguesa de expressão popular aos elementos de caracterização árabe demonstra evidentemente, que o sentimento dos colonizadores lusos era uniforme a esse respeito. As adufas árabes, a que o povo dera o nome de “rotulas”, se viam por toda a parte nas casinhas terreiras de porta e janella e nos sobradinhos onde moravam os mercadores judeus.

É importante recordar que os judeus sefarditas provenientes da Península Ibérica tinham sua cultura arabizada pelo convívio durante sete séculos com os árabes no Al-Andaluz, de onde incorporaram tradições do complexo grego-árabe-muçulmano, incluindo aí o uso da língua árabe (LAPLANTINE; NOUSS, 2017).

² Ver: NOGUEIRA, João Lucas Vieira. Contribuições cristãs-novas na arquitetura brasileira: hipóteses sobre a capela de Santo Antônio, em São Roque-SP. Arquivo Maaravi, v. 18, p. 1-19, 2024.



Figura 4 - Vista interna da capela do Sítio Santo Antônio, em São Roque (SP). O uso do *muscarabi*, de procedência árabe, mas que já estava incorporado aos costumes dos judeus de Sefarad.

Fonte: acervo do autor, 2024. Disponível em: <arquigrafia.org.br>

Por fim, e ainda mais especulativo, o que se pode falar acerca do amuleto de proteção (Figura 5) colocado sobre o Sítio do Padre Inácio, em Cotia? Seria um amuleto cabalista?



Figura 5 - Sítio do Padre Inácio, Cotia (SP)

Fonte: acervo do autor, 2024. Disponível em: <arquigrafia.org.br>

Fechamos com as reflexões de Carlos Lemos (1979, p. 71), talvez ainda sem respostas:

A família mameluca teria sido organizada nos moldes ortodoxos da sociedade cristã ibérica? Tão longe da Inquisição, que custou a chegar, os relacionamentos entre pessoas teriam sido os normais da Península? Os hábitos e costumes? João Ramalho foi mesmo judeu? O que resultaria de judeu com índia, no mato, apartado do Rei?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas são algumas hipóteses que relacionam a arquitetura das Casas Bandeiristas à cultura marrana, hipóteses desenterradas de uma história subterrânea que podem apontar para importantes desdobramentos tanto para a história da arquitetura de São Paulo, quanto para a história do país. Uma incursão pela Península Ibérica para uma análise comparada da arquitetura é fundamental para a compreensão das hipóteses aqui apontadas e, inclusive, está prevista para a continuação desta pesquisa. Entretanto, tal análise comparada não tem a finalidade de confirmar as hipóteses, esperando encontrar elementos semelhantes nas judiarias ibéricas e tampouco refutá-las, caso se perceba que os elementos estão presentes na arquitetura majoritária portuguesa ou espanhola. Por um lado, viu-se a mestiçagem presente na arquitetura no continente americano, portanto, mesmo os elementos que poderiam ser semelhantes passaram por traduções para novas relações culturais, nova natureza e nova paisagem, incorporando outras sintaxes e diferentes significados em novo contexto. Por outro lado, os judeus sefarditas estavam no Brasil em fuga de perseguições que poderiam lhes custar a vida, portanto a utilização de elementos que poderiam identificar-lhes como judeus deveria ser feita de maneira oculta e cifrada, de modo que a arquitetura passasse de fato despercebida, confundindo-se com a arquitetura majoritária. A incursão pela Península Ibérica tem, outrossim, a finalidade de ampliar o repertório sógnico, possibilitando o refinamento das análises e a proposição de novas e mais elaboradas hipóteses sobre a contribuição marrana na arquitetura popular brasileira.

Em última análise, tais evidências podem apresentar que, ao contrário do que se costuma entender do bandeirante como sujeito afastado da religião, devido aos constantes e registrados conflitos com os jesuítas, pode-se suspeitar que, na verdade, viviam sua religiosidade de maneira profunda, porém de forma oculta, cifrada, dissimulada. Além do mais, reforça o caráter mestiço das edificações, com usos diversos, provenientes de diferentes necessidades e de diferentes tradições que se encontraram e se relacionaram não somente em soluções práticas, mas também simbólicas e religiosas. Essas relações são barrocamente emaranhadas, fazendo surgir situações paradoxais na aproximação de distintas identidades nos mesmos objetos, somente explicáveis a partir de um olhar da mestiçagem.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Araci Abreu. *A hispanidade em São Paulo*: da casa rural à Capela de Santo Antônio. São Paulo: Nobel, EDUSP, 1981, p. 5.
- ARAÚJO, José. *Yachad*. Genealogia luso-brasileira, 29 dez. 2020. Disponível em <https://genealogiapratica.com.br/2020/12/29/yachad/>. Acesso em: 5 out. 2024.
- BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *Tribulações do povo de Israel na São Paulo Colonial*. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. Uma família paulista quatrocentona de origem cristã-nova: os Pedrosos e Vazes de Barros. In: *Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais*, Salvador, agosto de 2011.
- BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. A família Medela de São Paulo (novas informações). *Revista da ASBRAP*, [S.I.], n. 22, 2016.
- CABRAL, Leonor Scliar. *Romances e canções sefarditas (do século XV ao XX) traduzidos do judeu-espanhol*. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1990.
- CARDOSO, Daniel Ribeiro. *Desenho de uma poiesis*. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ECO, Umberto. *O signo de três*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- FAINGUENBOIM, Guilherme. *Dicionário sefaradi de sobrenomes*: inclusive cristãos-novos, conversos, marranos, italianos, berberes e sua história na Espanha, Portugal e Itália. 4 ed. São Paulo: Séfer, 2020.
- FALBEL, Nachman. Sobre a presença dos cristãos-novos na capitania de São Vicente e a formação da etnia paulista. *Revista USP*, São Paulo, n. 41, p. 112-119, março-maio, 1999.
- FLUSSER, Vilém. *A fenomenologia do brasileiro*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- FREIDENSON, Marília Levi. Cora Coralina: as bandeiras e os cristãos-novos. *Arquivo Maaravi*: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. Belo Horizonte, v. 10, n. 18, 2016.
DOI: <https://doi.org/10.17851/1982-3053.10.18.266-273>
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, Sergio Rugik. *A arquitetura das sinagogas: exemplos relevantes e sua transformação no tempo*. 28-35 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- KATINSKY, Julio Roberto. *Casa Bandeiristas: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*. 94 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
- KNOBELOCH, Márcio Darlan Rosa. Temas pertinentes ao judaísmo: lembrando de Judá até a América Latina: História, memórias (in)tolerâncias e violências. In: *Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais*. Salvador, agosto de 2011.
- LAPLANTINE, François; NOUSS, Alexis. *A mestiçagem*. Lisboa: Instituto Piaget, 2017.
- LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, EDUSP, 1979, p. 71.
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 334.
- LIRA NETO. *Arrancados da terra*: Perseguidos pela Inquisição na Península Ibérica, refugiaram-se na Holanda, ocuparam o Brasil e fizeram Nova York. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- MARIANNO FILHO, José. *Influências muçulmanas na arquitetura tradicional brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1943, p. 13.
- MAYUMI, Lí. *Taiipa, canela preta e concreto*: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo. 42 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- NOVINSKY, Anita. Novos elementos para a história de São Paulo: Paulistas cristãos-novos contra os jesuítas. *Revista USP*, São Paulo, n. 65, p. 96-104, mar/maio 2005.
- DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i65p95-104>
- PACCE, Márua Roseny. A propósito da Casa do Bandeirante. *Revista do Arquivo Municipal*, ano 43, n. 193, jan.-dez. 1980.
- PINHEIRO, Amálio. *América Latina*. Barroco, cidade, jornal. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 27.
- SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 143.
- SILVA, Ana Lígia Lira da. *A herança histórica cultural judaica no Agreste de Pernambuco*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.
- SILVA, Janaína Guimarães da. Inquisição e cristãos-novos em Pernambuco no século XVI: redes comerciais, intrigas e solidariedades. *Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, 2016.
- SILVA, Marcos. A Assinatura de João Ramalho e o seu Significado Histórico. In: SÁ, Antônio Fernando de Araújo; ALVARO, Bruno Gonçalves. (Org.). *Cultura, memória e poder: história e historiografia*. Recife: Editora UFPE, 2016, p. 49.
- WEIMER, Günter. Genealogia da Casa do Bandeirante. In: RIBEIRO, Nelson Pôrto; PESSÓA, José; RIBEIRO, Rosina Trevisan (Org.). *Novos subsídios para uma história da construção luso-brasileira*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 118-121.
- ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Maloqueiros e seus palácios de barro*: o cotidiano doméstico na casa bandeirista. 79-151 p. Tese (Doutorado) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.